

**REQUERIMENTO PARA:****➤ PAGAMENTO DE TAXA EM PRESTAÇÕES**

(n° _____ SM)

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____,
 contribuinte (pessoa singular ou coletiva) n° _____, residente em (Rua/Avª) _____
 _____ (nº/lote) _____, (andar) _____,
 (localidade) _____, (cód.postal) _____ - _____,
 Freguesia de _____, com o telefone / telemóvel n° _____,
 fax n° _____, e-mail _____ nascido em ____/____/____, portador
 do Bilhete de identidade / Cartão de cidadão / Passaporte n° _____ emitido em _____
 válido até ____/____/____, vem na qualidade de:

☐ Elemento dos Corpos Gerentes ☐ Mandatário ☐ Empresário em nome Individual

☐ Outro (especificar) _____

Designação da Sociedade (caso aplicável) _____ - _____

NIPC (caso aplicável) _____ Código de acesso à constituição da Sociedade(caso aplicável) _____,

vem, requerer a V. Exa. ao abrigo do artº 24º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra
 vigente o pagamento da seguinte taxa em prestações (natureza da taxa em vida) _____

no montante global de _____, ____ €, fraccionada em _____ prestações (máximo de 12) sendo o pedido
 baseado no facto de (fundamentação do pedido) _____

Sintra, ____ de _____ de 20 ____.

Pede Deferimento

O Requerente,

IMP.PS.01.075.03

Conferi os documentos (assinatura legível):

Categoria:

**RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO****REGº SM** _____**ASSUNTO: PAGAMENTO DE TAXA EM PRESTAÇÕES**

Assinatura do Funcionário: _____

Categoria : _____ Data : ____/____/____

Gabinete de Apoio ao Município – Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 SINTRA
 Tel: 21 923 8550 Fax: 21 923 8551 e-mail: municipe@cm-sintra.pt

Instruções

Juntar:

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade/Passaporte e Cartão de Contribuinte, Cartão de Cidadão ou Cartão de Pessoa Colectiva;
- ☐ Entregar comprovativo de que a situação económica do requerente não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo legal ou regulamentarmente estabelecido (n.º 1 do art.º 24.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra vigente) sendo o pedido instruído em termos similares ao pedido de apoio judiciário, constituído pelos seguintes documentos:
 - Cópia da última declaração de rendimentos para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) ou de IRS, consoante os casos, que tenha sido apresentada e da respectiva nota de liquidação, se já tiver sido emitida, ou, na falta da referida declaração, de certidão emitida pelo serviço de finanças competente;
 - Cópias das declarações de IVA referentes aos últimos 12 meses e documentos comprovativos do respectivo pagamento (só para pessoas coletivas);
 - Cópias dos documentos de prestação de contas dos três últimos exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, no caso de esta ter ocorrido há menos de três anos (só para pessoas coletivas);
 - Cópia do balancete do último trimestre, quando se trate de sociedade;
 - Cópia da caderneta predial actualizada ou certidão de teor matricial emitida pelo serviço de finanças competente e cópia do documento que haja titulado a respectiva aquisição, no caso de se tratar de bens imóveis;
 - Documento comprovativo do valor da cotação verificada no dia anterior ao da apresentação do requerimento ou cópia do documento que haja titulado a respectiva aquisição, tratando-se de valores mobiliários cotados em mercado regulamentado ou de participações sociais (só para pessoas coletivas);
 - Cópias do livrete e do registo de propriedade, no caso de o requerente ser titular de veículos automóveis e, bem assim, do título de registo de outros bens móveis sujeitos a registo;
 - Relação de todos os bens móveis sujeitos a registo que detenha por contratos de locação financeira, de aluguer de longa duração ou outros similares, com indicação do tipo, matrícula ou registo, marca, modelo, ano e valor.

Notas:

- No caso de uma **pessoa colectiva** deve ser apresentado pelo requerente documento onde se verifique a legitimidade para assinar;
- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- Os presentes dados irão ser objecto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do n.º 1 e 2 do Art.º 10.º da Lei 67/98 de 26 de Outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Protecção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.

Base Legal e Regulamentar:

Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra vigente;
 Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro;
 Código de Procedimento e de Processo Tributário;
 Lei Geral Tributária.